

A REPERCUSSÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Hélder Henrique Jacovetti **GASPEROTO**¹
Sebastião Donizeti **BAZON**²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo examinar a Reforma Universitária no regime militar e verificar em que medida a reforma de 1968 influenciou ou ainda influencia a educação universitária atual. A metodologia do trabalho embasa-se no modelo histórico. Nesse sentido efetuamos num segmento inicial uma revisão bibliográfica do passado antecedente a 1968 e do período em questão, observando aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais. Neste contexto verificamos os principais pontos da Reforma Universitária de 1968 os quais se traduziram na flexibilidade curricular, na formação dos créditos (matrícula por disciplina), no acesso e a mudança no ingresso das universidades, e no fim da cátedra. Em outro segmento examinamos a atual fase da política econômica mundial, no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico e do capital e suas decorrências no ensino superior brasileiro. Partimos do pressuposto de que no atual sistema de Ensino Universitário no Brasil reflete em vários pontos a Reforma Universitária de 1968. Nossa análise final nos aponta para a necessidade de uma nova reforma universitária que contemporize o mundo moderno, o capitalismo informacional, sem comprometer a qualidade da educação do ensino, como ocorreu no passado em relação à metodologia utilizada, o tecnicismo. Na ausência de uma proposta efetiva, cremos que nossas ponderações poderão conduzir a questionamentos sobre algumas hipóteses e soluções sobre a nossa problemática.

Palavras-chave: Educação. Regime Militar. Reforma Universitária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo examinar a Reforma Universitária de 1968, ocorrida no regime militar e verificar em que medida essa reforma influenciou ou ainda influencia alguma reforma na universidade brasileira na atualidade.

Essa influência se releva, na contemporaneidade, pelo fato da educação no ensino superior se configurar como um dos eixos de desenvolvimento da sociedade atual. Sabe-se que a Reforma Universitária no regime militar se realizou num contexto de ditadura, de autoritarismo e abuso de poder.

O período do regime militar brasileiro foi marcado por uma crise política, econômica e social, com bruscas mudanças, principalmente, para a população, no que se refere à liberdade dos direitos do cidadão. Nesse cenário, a educação foi alvo de um regime repressor, cuja tônica

¹ Graduado em Geografia Bacharel - USP, Geografia Licenciatura – USP, Tecnologia Sanitária – UNICAMP, Pedagogia ASMEC, Mestre em Educação UNIMEP.; Professor e Coordenador do curso de Geografia do UNAR Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson de Araras; email: heldergasperoto@ig.com.br

² Graduado em Filosofia-UNICLAR – Mestre em Filosofia Ética-PUCC; Professor coordenador dos cursos de Filosofia e Sociologia do UNAR Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson de Araras; e mail: sebastiao.bazon@unar.edu.br

foi manter o crescimento econômico, mas com segurança para o capital internacional que via o país com bons olhos para os investimentos.

Hoje, inseridos numa sociedade, dita democrática, que traz em seu bojo o ideal de uma sociedade justa e livre para todos os indivíduos que a constituem, indagamos se existe na universidade atual, num contexto democrático, algum tipo de reminiscência da reforma universitária do regime militar.

Como hipótese do nosso trabalho, colocamos o fato de a Reforma Universitária de 1968 ter influenciado, sobremaneira, as reformas atuais, principalmente, em relação ao número de vagas das instituições particulares, ao tecnicismo, materializado na atualidade pela formação de profissionais, em tempo rápido, com vistas ao mercado de trabalho do mundo globalizado.

Para a consecução de nossos objetivos, o método proposto para o desenvolvimento do trabalho está embasado no modelo histórico, método que investiga o passado, averiguando suas influências nos dias atuais. Entretanto, tendo em vista a extensa dimensão implicada na adoção de tal método, optamos por explorar a Reforma Universitária do Brasil, na década de 1968, enfocando suas principais características e conseqüência delas advindas.

Em nosso trajeto teórico, observamos, num segmento inicial, alguns aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais. No que concerne à reforma universitária, destacamos os movimentos estudantis, o relatório Meira Mattos, o Relatório Acton, o Conselho de Reitores e o Grupo de Trabalho.

Inicialmente realizamos algumas considerações sobre a economia da década de 1960, para melhor compreender a situação do país neste período, bem como a estruturação geopolítica brasileira e mundial, alterações sociais, e modelo de regime político vigente na época e na seqüência partimos para o projeto da reforma universitária.

Relata-se a situação econômica do Brasil no período do regime militar, explicitando a política que foi aplicada. Para tanto, investigamos o período anterior ao regime até o seu auge. Destacamos a situação da ditadura, sua repressão e suas implicações no que se refere à educação. Neste cenário de acontecimentos políticos e econômicos, deparamo-nos com questões, a nosso ver, significativamente marcantes sobre as quais lançamos um olhar mais atento, tais como: o fim da Cátedra, flexibilização curricular, criação de Departamentos e formas de ingresso às universidades, sobre as quais abordamos a seguir.

O golpe de 1964 põe fim a uma política populista empenhada em fazer as reformas de base tais como: a reforma educacional, a reforma tributária, a reforma eleitoral, a reforma agrária e a reforma urbana. A política instaurada pelo então governo militar tentou conter a inflação, fazendo com que a economia brasileira ficasse atrelada ao capital internacional, através de empréstimos com os bancos internacionais, tentando assim, retomar as condições necessárias para o crescimento econômico do país.

Nesse contexto, o governo do regime militar extinguiu as alianças do governo anterior, recolocando uma nova ordem política, social e econômica, cujo objetivo foi priorizar a modernização do país.

O movimento militar de 64 vem, portanto estabelecer o papel central do Estado no projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na medida em que opera uma reordenação das instituições políticas e administrativas, eliminando-se a situação de ambigüidade característica do momento histórico anterior (RODRIGUES, 1987, p. 72)

A primeira delas é a política de governo no período do regime militar, embasada no desenvolvimento com segurança. O regime militar de 64 assume o papel de desenvolver o capitalismo no Brasil e dar a segurança, sempre que se afetasse o sistema vigente.

Outro fato a ser destacado foi o êxodo rural que impulsionou o processo de urbanização. Na verdade, os egressos do campo constituíram-se em mão de obra sem escolaridade, sem qualificação profissional, mas com a característica de ser barata para a indústria que estava no apogeu, como se depreende em Santos (2007).

A urbanização fundada no consumo é, também, a matriz de um combate a cultura popular que desertava as classes médias para ir se abrigar nos bairros pobres, cultura popular hoje defendida pelos pobres, cuja pobreza impede, afinal sua completa imersão nessas novas formas de vida, fundadas pelo mesmo consumo que levou os pobres à cidade ou nesta fez pobres os que ainda não o eram (SANTOS, 2007, p. 29)

Esse grande contingente de migrantes que não foram absorvidos fez com que proliferassem as favelas, onde a infraestrutura (como saneamento básico, energia, transporte e moradia) era precária.

Essa numerosa mão de obra que chegou ao meio urbano, sem escolaridade e sem especificidade profissional no setor secundário, passou a ser uma mão de obra barata para a indústria que estava em seu apogeu.

Após observarmos o modelo econômico e político da época, enfocamos a “Reforma Universitária” e, para isso, efetuamos referências sobre o acordo MEC-USAID, Brasil Estados Unidos da América do Norte e a prática pedagógica tecnicista que ganhou força dentro das universidades. No período entre 1967 e 1968, foi produzido um relatório referente ao Ensino Superior, com vistas a uma tentativa de melhoria do ensino. Esse relatório ficou conhecido como Relatório Meira Matos, cujo resultado foi uma série de mudanças para o Ensino Superior. Tomando-se por enfoque o Relatório Meira Mattos (1968), observamos uma preocupação com a política de segurança nacional, reconduzindo as escolas às novas ordens disciplinares. Buscava a modernização técnica, econômica e social, seguindo o sistema vigente do país na época. Já o relatório Atcon (1966) ressaltava o fator quantitativo e não o qualitativo, em relação às instituições educacionais, que se comportavam como empresas, com a administração e corpo docente sem integração.

Cabe observar ainda que a Reforma Universitária ocorreu num período do Brasil, conhecido como anos de chumbo. A reforma universitária de 1968 fundamenta-se no AI – 5 quinto Ato Institucional decretado pela ditadura militar que se instalou no Brasil em março de 1964. Foi tomando por base a citada legislação que se elaboraram os relatórios Relatório de Rudolph Atcon e o Relatório Meira Mattos

Seguindo os passos do relatório de Rudolph Acton, o Brasil fez um acordo chamado MEC-USAID, mexendo com as estruturas educacionais. A nova visão seguia a pedagogia tecnicista, a partir da qual a escola moldava os estudantes, excluindo a dimensão reflexiva, crítica, ou seja, a formação humana mantinha-se distante do projeto pedagógico educacional, uma vez que eram ensinadas técnicas específicas. Esse acordo fundamentava-se no binômio de equipes técnicas americanas e brasileiras, trabalhando, conjuntamente, para relatar a realidade das universidades brasileiras. Por meio desse acordo buscava-se, o controle do aparelho educacional, isto é, o controle de um dos aparelhos Ideológicos do Estado, o que facilitaria uma aliança com os Estados Unidos da América do Norte, favorecendo o interesse deles

dentro do Brasil. Assim, promoveu-se uma modernização dentro das universidades, e uma estrutura que seguia piamente o lado ideológico do regime militar.

O Acordo MEC-USAID mantinha uma pedagogia tecnicista voltada para a formação de mão de obra qualificada, para poder acompanhar o crescimento econômico e a grande penetração de capitais internacionais que ocorria no país, pois nesse contexto internacional, o Brasil representava uma nação com grande perspectiva para o crescimento econômico e político estratégico para a região.

Nesse sentido, a educação devia servir ao capital e ao seu desenvolvimento, aperfeiçoando, assim, a mão de obra vigente no país; por outro lado, ela deveria promover a ascensão das classes sociais, formando pessoas em condições de assumir empregos que lhes propiciassem melhores salários, o que, evidentemente, contribui para uma melhor distribuição de renda.

Em particular, o ensino superior brasileiro foi moldado em função de uma classe social minoritária, mas que apoiava o então regime militar e suas ideologias, combatendo o avanço da esquerda e, conseqüentemente, o socialismo que circundava o Brasil e a América Latina. Nesse momento, “o ensino superior brasileiro, em particular, ajustou-se apenas aos requisitos de poder de uma estratificação social oligárquica, amolgando-se ao privilegiamento societário dos profissionais liberais.” (FERNANDES, 1975, p. 115). Conforme esse autor, a evolução que tendia gradualmente para uma civilização urbano-industrial acaba sendo substituída por outra acelerada e desorientada.

Segundo Golbery Couto e Silva, o Brasil era uma nação gigante e com proporções continentais enormes, o quinto país em terras descontínuas, grande biodiversidade, uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, ausência de conflitos étnicos e religiosos, faz fronteira com a maioria dos países da América do Sul e mantinha, na época, boas relações diplomáticas, rico em matérias primas:

[...] o Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente participe da Geoestratégia defensiva da civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissolúvelmente ligados, quer queiramos ou não. (SILVA, 1967, p. 170)

Com esses ideais da geopolítica nacional, o Brasil era aliado do ocidente e do sistema capitalista, pretendia alcançar as nações desenvolvidas nessa corrida que ficou conhecida como Brasil – Potência.

A Geopolítica Brasileira precisa ser, portanto, uma geopolítica de afirmação no exterior, de presença, de participação tanto mais alerta e ativa quanto as últimas oportunidades se esvaem de uma cooperação verdadeiramente recíproca entre os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, os evoluídos e os imaturos, alicerçada que seja, de fato, em mútuos interesses reais, ainda que desproporcionados, mensuráveis, entretanto, em uma mesma escala de valores. [...] uma Geopolítica coordenada com as diretrizes comuns daquela periferia econômico-social a que pertence ainda o Brasil e que solidarizam, mais ou menos estreitamente, os interesses e aspirações semelhantes, a par de ameaças da mesma ordem e de origens idênticas.” (SILVA, 1967, p. 170).

Ressalta-se que o Conselho de Reitores foi decisivo para a Reforma Universitária e para o processo de discussões sobre as mudanças que estavam sendo propostas. Pode-se dizer que o referido Conselho foi um espaço, onde os reitores podiam debater, sem interferências, a questão da reforma universitária.

O Grupo de Trabalho, como foi denominado, fez proposta para uma Reforma Universitária que deflagrou em 1968. Coube a esse grupo a elaboração de um diagnóstico dos principais problemas pelos quais passava a Universidade brasileira; a proposição de algumas metas para a transformação do ensino Universitário no Brasil, destacando-se a flexibilidade do currículo, a caracterização dos créditos, a mudança do ingresso nas universidades e o fim da cátedra.

Essa Reforma teve como pontos fundamentais: o fim da cátedra, a flexibilidade da matriz curricular e administrativa, constituindo novas áreas de abrangência, não se limitando à Engenharia, à Medicina e ao Direito; ela foi atuante em relação aos créditos que antes estavam estanques. Houve também uma mudança na forma de ingresso dos candidatos às universidades e a abertura de cursos de curta duração, favorecendo a rápida qualificação profissional.

Outro ponto destacado em nosso trabalho foi o avanço tecnológico, que carregou consigo uma nova problemática: a do desemprego estrutural. Trata-se da escassez de mão de obra qualificada, que gerou a necessidade de uma formação educacional maior para o trabalhador.

Pode-se afirmar que a universidade brasileira sofreu uma interferência do Estado, durante o regime militar, pois estava muito distante da modernização pela qual o país passava.

Os Relatórios de Meira Mattos e Acton apresentavam em comum a recomendação de uma nova estrutura administrativa para as universidades públicas, que pudesse assemelhar-se a um modelo empresarial.

A análise que efetuamos em relação à atuação do Grupo de Trabalho responsável por uma estruturação técnica, sem um parecer político, leva-nos a inferir que isso, se reflete ainda hoje, com a criação dos departamentos nas universidades brasileiras, juntamente com o fim da cátedra, uma das reivindicações do Movimento Estudantil, refletem a estrutura do passado. Outro ponto fundamental, diz respeito ao Relatório de Acton, que propunha a transformação das universidades públicas brasileiras em instituições de administração empresarial, refletindo o pensamento da sociedade dominante da época.

Além disso, observamos que, para a efetivação da reforma, os movimentos sociais da época, em especial, os movimentos estudantis, contribuíram sobremaneira para que a reforma universitária se realizasse e tivesse êxito. Os movimentos estudantis foram fundamentais no processo de combate à repressão imposta pelo regime militar e também nas poucas discussões sobre a reforma universitária. Esses movimentos pressionavam o governo de forma intensa, porque a reforma universitária proposta, vinha de forma impositiva. Assim

[...] diante do agravamento da crise estudantil e do mal-estar que rapidamente iria se instalando no corpo da Universidade, não obstante todas as refregas empreendidas, o Governo resolveu nomear uma comissão especial para examinar o problema e entregou a coordenação dessa difícil tarefa ao estrategista General Meira Mattos. [...] é importante examinarmos esse fato porque se encontra totalmente orquestrado com o acordo MEC-USAID, com o GT que nomeou posteriormente para fazer a Reforma Universitária, também com a própria Reforma e com os decretos posteriores a ela e que cobriram muitos de seus clarões. (BOAVENTURA, 1989, p. 217)

Essa reforma propunha a criação de unidades de ensino, que poriam fim à carreira da cátedra. Outro fator foi a criação do vestibular para “solucionar” o problema do enorme contingente de alunos que queriam ingressar no ensino superior.

De forma sucinta, podemos dizer que os principais pontos da reforma universitária do regime militar foram a flexibilidade curricular, a formação dos créditos (matrícula por disciplina), o acesso e a mudança no ingresso das universidades e o fim da cátedra substituída pelo sistema organizacional, departamental. Mas essa reforma pecou por não propor um método eficiente, pois baseou-se no tecnicismo, que, em muitos momentos, comprometeu a própria autonomia da universidade na busca do saber, frisando o seu papel burocrático.

No que concerne à atual educação universitária, examinamos a política econômica mundial contemporânea, no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico atrelado ao desenvolvimento do capital, bem como as decorrências de ambos no ensino superior brasileiro. Destacamos, também, a relação do avanço tecnológico e do desemprego estrutural no que diz respeito à escassez de mão de obra qualificada e a necessidade de uma formação educacional direcionada ao trabalhador-produtor.

Nesse sentido, procuramos relatar a influência na educação exercida no regime militar, bem como as consequências do referido regime na educação da atualidade. Relacionamos o fato de a educação se modificar, segundo a nova dinâmica mundial. Hoje, palavras como globalização, produtividade e desenvolvimento, mão de obra altamente qualificada passam a ser incorporadas pela própria educação, parecendo entrar numa etapa moderna da educação tecnicista.

A globalização pode ser traduzida como internacionalização do capital no mundo, pois seu papel é a difusão do capital em escala mundial. Embora a globalização avance, verifica-se que, neste panorama mundial, há populações que acompanham e desfrutam desse avanço; por outro lado, há populações, cujo acesso a ela não é possível ainda.

Os países desenvolvidos já trabalham com a globalização informacional, porém ainda não está acessível a todos, pois depende do desenvolvimento técnico, decorrendo do avanço da ciência, como afirma Santo (2008)

[...] no final do século XX e graças ao avanço da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. (SANTOS, 2008, p. 23)

Para Milton Santos (2008), a globalização não é apenas um sistema de técnicas, é também a influência do mercado global, conforme se depreende abaixo:

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes [...] um mercado global utilizando esse tipo de técnica resulta de uma globalização perversa. (SANTOS, 2008, p. 24).

Diante do quadro delineado, nossa proposta sobre a uma comparação entre a reforma universitária de 1968, instituída pelo GT e as formas atuais do ensino superior, ressaltamos que as idéias do GT prevalecem ainda hoje. Atualmente, a nova reforma, tão propagada pelas universidades, apresenta grande parte de sua estruturação embasada na reforma universitária de 1968.

Entre as mudanças decorrentes da Reforma Universitária de 1968 que se refletem no ensino superior até hoje, destaca-se o fim da Cátedra, a flexibilidade curricular e administrativa, o critério de créditos e o acesso às vagas e cursos de curta duração, como afirma Durham (2005).

A diferença entre esse sistema e o anterior a 1968 é que, neste, a vitaliciedade se restringia aos catedros e livres docentes, não congelamento e imobilizando o conjunto do corpo docente nem de funcionários. É interessante constatar que, durante todo o intenso debate promovido pelo Movimento Estudantil que, antecedeu a Reforma de 1968, o sistema de cátedra foi amplamente criticado e se exigiu sua extinção em função da vitaliciedade que ele implicava, tanto quanto por excluir a participação na gestão, das demais categorias de docentes. (DURHAM, 2005, p.37)

Vale dizer que a maioria das vagas do ensino superior está concentrada nas instituições particulares, ressaltando-se que muitas das instituições no Brasil já foram incorporadas pelo capital internacional.

A Educação Superior parece voltar-se para a modernização, prevendo, em sua essência, a formação de profissionais qualificados para o mercado e para a vida das pessoas. Assim, não seria prematuro afirmar que o território nacional já absorveu essa nova tendência de modernização, chegando a vez de a economia e de a sociedade fazê-lo.

[...] o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação de insumos dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.31)

Neste contexto, o Brasil, necessitando de mão de obra qualificada para poder continuar a se desenvolver e crescer economicamente passa por uma nova reestruturação, principalmente, no ensino superior. Isso nos remete novamente à tecnificação da mão de obra, de uma forma mais moderna, por meio da qual o estudante passa a ter maior acesso às novas tecnologias e possa pensar sobre as influências dessas tecnologias na sociedade como um todo.

A educação, em especial o ensino superior, é um dos eixos do desenvolvimento da atual ordem social, isto é, está aperfeiçoando o atual sistema capitalista, o processo de globalização no qual estamos inseridos. Para Luckesi, “a escola atua, assim no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo.” (LUCKESI, 1994, p.61).

As universidades passam a flexibilizar os currículos, para melhor atender aos seus alunos, não mantendo mais uma matriz fechada, estática. Ressalte-se que essa flexibilidade visa também a atender a demanda do mercado. Por essa razão, necessita, cada vez mais, estar dinâmica para incorporar novas técnicas adequadas aos novos mercados de trabalho, como se observa em Chauí (1980).

[...] desvinculando a educação e saber, a reforma universitária revela que sua tarefa não é a da produção e transmissão da cultura (dominante ou não, pouco importa), mas de treinamento dos indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra a mão de obra e fornece força de trabalho. (CHAUI, 1980, p.39).

A grande problemática é saber se as universidades irão simplesmente formar mão de obra para o mercado, ou se irão cumprir o papel de formadora do saber. Isso nos leva a pensar nas modificações que a sociedade como um todo e o próprio território passarão. Essas modificações são acompanhadas de uma nova estruturação da qualificação da mão de obra.

Outro dilema não menos importante é o fato de a globalização estar atuante em todo o território. O seu fortalecimento releva o fato de o Estado não poder recuperar as funções sociais, isto é, fazer valer os direitos da nação e não os do mercado. Porém, se houver um enfraquecimento da globalização no território nacional, o Estado deve recuperar as funções sociais, fazendo valer os direitos dos cidadãos e não os do mercado.

Existe um dilema para ser resolvido no ensino superior público e privado, a saber, como as vagas serão ofertadas e a forma de ingresso (acessibilidade) para essas vagas? Esse dilema é de fundamental importância para a estruturação da reforma universitária. Ela atinge diretamente a população que busca uma vaga no ensino superior.

Nessa contextualização, Santos e Silveira relatam “a situação atual significa que os cidadãos já se instalam na nação com um destino selado, discriminados *ab initio*, desde logo condenarmos a uma quantidade e qualidade de educação.” (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p.64)

Em relação a esse dilema, deve-se levar em consideração a estruturação do ensino público e do ensino privado, para o oferecimento das vagas e a forma de ingresso. Além disso, ainda há uma estrutura sócio-espacial, isto é, onde as vagas estão distribuídas pelo território nacional essas vagas.

As universidades públicas possuem uma concorrência enorme para se obter uma vaga em seus cursos, o que, teoricamente, com o atual sistema de oferta de vagas e de ingresso, leva a certa elitização na oferta dessas vagas, pois abarca estudantes que tiveram melhor qualidade de ensino na educação básica oferecida pela rede privada. É dessa forma que o mercado já direciona as diferenças sociais. Nessa perspectiva, o acesso às universidades públicas pelos egressos de escolas privadas do ensino básico é superior em relação aos egressos de escolas públicas.

Em decorrência disso, uma das soluções encontradas pelo governo federal foi o decreto número 68.908/71, cujo teor advogou o fim da crise dos excedentes.

Porém, cabe lembrar que o número de matriculados das universidades públicas foi maior que o das privadas na década de 1960, que, hoje, dominam, amplamente, o número de matriculados. Não se privatizaram as escolas públicas, mas não há como negar que o ensino superior foi privatizado, pois dados comprovam que o número de matriculados nas universidades privadas chegou a 74,5% do total de 4.880.381, isto é, 3.639.381.

Para o nosso exame sobre a Reforma Universitária de 1968 e sua influência na educação superior, nos dias atuais, partimos do pressuposto de que a Reforma Universitária ocorrida em 1968 influenciou, sobremaneira, as estruturas da educação atual, principalmente, em relação ao número de vagas das instituições particulares. Também decorrem influências daquela Reforma no tecnicismo, materializado na atualidade pela formação de profissionais, em tempo rápido, com vistas ao mercado de trabalho. Isto nos leva a inferir que muitas idéias das propostas efetivadas pela reforma de 1968 estão em vigor até hoje.

Em relação à distribuição do número de matriculados no ensino superior, na terceira parte da pesquisa efetuamos um relato sobre as transformações ocorridas nesse período, constatando-se que, na década de 1960, o número de vagas no ensino superior era maior no setor público, mas é hoje o setor privado predomina em relação ao número de matriculados.

Evidenciamos que chegar ao final de um trabalho, não implica em concluí-lo, mas significa, sim, lançar novos olhares a futuras indagações. O nosso objetivo foi aprofundarmos nosso conhecimento sobre a realidade do ensino universitário no Brasil, a partir da identificação de

algumas influências da Reforma Universitária de 1968 sobre a formação universitária e o papel da educação hoje.

CONCLUSÃO

A tão comentada reforma universitária no Brasil ainda está distante de uma reforma estrutural necessária. Observamos mudanças no ensino superior, mudanças, muitas vezes, atropeladas, que, num primeiro olhar, parece sem sentido e ocorre em muitas direções. Mas logo vemos que os eixos norteadores dessa reforma são as novas demandas de mercado, das necessidades da sociedade brasileira em atender às transformações por que passa o sistema social vigente na qual está inserida.

As considerações explicitadas fazem ponderar sobre a necessidade de nova reforma universitária que contemporize o mundo moderno, o capitalismo informacional, sem deixar de contemplar a boa qualidade do ensino.

Se o presente trabalho de pesquisa não conseguiu elaborar uma proposta de mudança efetiva, ficam aqui ponderações que poderão nos conduzir a questionamentos sobre algumas hipóteses e soluções sobre o tema proposto, as quais podem configurar-se como base para um futuro desenvolvimento dessa pesquisa.

ABSTRACT

This study aims to examine the University Reform in the military regime and establish to what extent the 1968 reform influenced or influence the current college education . The methodology underlies the work in the historical model . In this sense we have made an initial segment a literature review of past history to 1968 and the period in question , noting economic, political , social and educational aspects . In this context we found the main points of the University Reform of 1968 which resulted in the curricular flexibility in training credits (tuition per subject) , access and change the entry of universities , and at the end of the chair . In another thread we examine the current phase of global economic policy , with regard to technological development and capital and its consequences in Brazilian higher education . We assumed that the current system of university education in Brazil reflected at various points in the 1968 University Reform . Our final analysis points to the need for a new university reform that contemporize the modern world, informational capitalism , without compromising quality education teaching , as in the past in relation to the methodology used , the technicality . In the absence of an effective proposal , we believe that our considerations could lead to consideration of some hypotheses and solutions to our problems .

Keywords : Education. Military Regime. University Reform.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E.. **Universidade e Estado no Brasil**. Piracicaba: UNIMEP, 1989

DURHAM, E. R.. **A autonomia universitária** - extensão e limites. São Paulo: NUPES – USP, 2005.

FERNANDES, F.. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

LUCKESI, C. C., **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

PRADO JR. B., TRAGTENBERG M., CHAUI M. de S., ROMANO R.. **Descaminhos da educação pós – 68**. São Paulo: Brasiliense, Cadernos Debates, 1980.

RODRIGUES, N.. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1982.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 17. ed., - Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L., **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: Abmes, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e, **Geopolítica do Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1967.